

SEGURANÇA E PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM ÂMBITO ESCOLAR E COMUNITÁRIO: UM ESTUDO EM CINCO CONCELHOS DO CENTRO DE PORTUGAL

Edgar Correia Campos

Universidade de Vigo

Instituto Politécnico de Viseu

Paula Xavier

Instituto Politécnico de Viseu

Maria João Amante

Instituto Politécnico de Viseu

Susana Fonseca

Instituto Politécnico de Viseu

1. INTRODUÇÃO

A segurança e proteção de crianças e jovens são valores transversais aos vários artigos da Convenção sobre os Direitos da Criança (1989). Defender a infância e a juventude, promovendo o desenvolvimento integral, é um dever cívico, institucional e político, que deve incluir dimensões como a educação, a saúde e a cidadania (Gersão & Sacur, 2021). A sociedade está longe de um pleno cumprimento dos direitos das crianças e jovens e urge continuar a trabalhar com esse propósito (Gonçalves, 2018). Com o objetivo de aferir o cumprimento dos direitos das crianças e jovens em Portugal e de implementar ações concretas nesse âmbito, a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens (CNPDPDJ) criou o Projeto ADÉLIA (CNPDPDJ, s.d.). Na fase do diagnóstico do Projeto, foram disseminados questionários junto de crianças, jovens, entidades e famílias. Do questionário implementado junto de jovens de 5 concelhos da região centro de Portugal, resultaram os dados alvo de análise no presente trabalho.

2. METODOLOGIA

2.1. Design do estudo

Com um design do tipo quantitativo, o estudo tem o objetivo de compreender as perceções dos/as jovens no que respeita à sua segurança e proteção em âmbito escolar e comunitário, procurando encontrar diferenças nessas perceções em função das características sociodemográficas. Para isso, partiu-se do problema: em que

medida o sexo, a idade e o nível de escolaridade influenciam a percepção dos/as jovens relativamente à sua segurança e proteção, em âmbito escolar e comunitário, em 5 concelhos do centro de Portugal?. Nessa linha, construíram-se algumas hipóteses: o sexo e o nível de escolaridade influenciam a percepção dos/as jovens relativamente à sua segurança e proteção em âmbito escolar e comunitário; há correlação significativa entre a idade e a percepção dos/as jovens relativamente à sua segurança e proteção em âmbito escolar e comunitário (Field, 2009).

2.2. Participantes

A amostra era de conveniência e constituída por 888 jovens, 535 do sexo feminino (60,2%), 349 do sexo masculino (39,3%) e 4 que preferiram não responder (0,5%) de escolas de 5 concelhos do centro de Portugal (NUTS II). Os respondentes tinham idades compreendidas entre os 12 e os 18 anos, com média de 14,99 e desvio-padrão de 1.56. No que respeita ao nível de ensino, 521 frequentavam o 3º ciclo do ensino básico (58,7%) e 367 o ensino secundário (41,3%).

2.3. Instrumento

O questionário destinado aos/às jovens do 3º ciclo e secundário (“Questionário 6A: Ferramenta de diagnóstico para jovens”) era constituído por 82 itens. Continha, na sua parte inicial, 3 itens de caracterização sociodemográfica (idade, sexo e nível de ensino). O questionário continha, depois, secções de itens baseados nos direitos da criança (Brincadeira e Lazer, Participação e Cidadania, Segurança e Proteção, Saúde, Educação, Vida Pessoal). Para resposta à maioria dos itens (73 afirmações), foi proposta uma escala de 3 pontos (Completamente verdade, Nem sempre, Não é verdade ou não acontece). Existia também a possibilidade de resposta “Não sei”. No final de cada secção, encontrava-se ainda um espaço para respostas abertas destinado a comentários sobre a respetiva secção/direito. Para este estudo, além dos itens de caracterização sociodemográfica, foi tida em conta a totalidade dos itens (com resposta em escala) da secção/direito da Segurança e Proteção (1. Eu sinto-me seguro/a quando uso o autocarro ou outros transportes públicos; 2. É seguro eu caminhar ou andar de bicicleta na rua; 3. Na escola, eu nunca tenho medo que outras crianças/jovens me possam fazer mal; 4. Na minha escola há muitas lutas entre crianças/jovens; 5. Quando eu me sinto em perigo, eu sei a quem me dirigir para pedir ajuda; 6. A minha mãe ou o meu pai já falaram comigo sobre como utilizar a internet; 7. Eu sei que há riscos em utilizar a internet) e 2 itens da secção/direito da Vida Pessoal (8. Já tive uma situação onde outras/os jovens me bateram fora da

escola e 9. Nunca me ofereceram drogas na escola ou fora da escola), que estão intimamente ligados à secção anterior e, por isso, ao tema global do estudo (segurança e proteção em âmbito escolar e comunitário). Grande parte dos itens estava formulada em sentido positivo, sendo que, quanto mais as respostas se aproximassem do ponto “Completamente verdade”, melhores seriam os resultados. Porém, os itens 4. e 8. (que configuravam situações negativas) careciam de pontuação invertida dos itens.

2.4. Procedimentos

A CNPDPCJ, juntamente com outras entidades com experiência na área da infância e juventude, construiu e testou previamente os questionários (elaborados em formato on-line). A explicação do propósito do Projeto ADÉLIA, a seleção da amostra (critério de exclusividade do 3º ciclo e secundário) e todos os trâmites inerentes à aplicação do questionário foram concretizados, em várias instituições de ensino básico e secundário dos 5 concelhos, pelos/as técnicos/as, com formação realizada para esse efeito, das respetivas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens. Assegurou-se o anonimato e confidencialidade dos dados. O questionário, antes do início das secções de itens, continha o consentimento informado para que os/as possíveis respondentes tivessem conhecimento dos objetivos e manifestassem concordância quanto à participação. Para os/as respondentes menores de idade, foi requerida autorização aos/às respetivos/as encarregados/as de educação. Os questionários foram aplicados no ano letivo de 2020/2021, tendo os/as jovens respondido voluntariamente e em formato on-line.

2.5. Análise dos dados

Realizou-se análise estatística descritiva e inferencial. Para tal, recorreu-se ao SPSS, versão 29 da IBM, assumindo como grau de confiança 95% ($p < 0,05$) (Moreno & Morcillo, 2019). Atribuiu-se rótulo de valor a cada um dos pontos da escala de resposta (Completamente verdade – 3, Nem sempre – 2, Não é verdade ou não acontece – 1, e os valores contrários para os itens 4. e 8.), tendo sido consideradas valores omissos todas as respostas que se colocavam no ponto “Não sei” da escala (Marôco, 2018). Nenhuma variável apresentava distribuição normal, pelo que se recorreu aos testes não-paramétricos para a análise inferencial (Field, 2009). Analisaram-se as variáveis dependentes (itens de 1. a 9.), separadamente, em função do sexo e do nível de escolaridade (U de Mann-Whitney) e em função da idade (correlação não-paramétrica com rho de Spearman) (Marôco, 2018).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na Tabela 1 encontram-se os resultados da análise estatística descritiva global das respostas aos 9 itens selecionados. Dos dados, destaca-se um número considerável de jovens que não se sente completamente seguro ao usar autocarro ou outros transportes públicos (item 1.) e a andar a caminhar ou de bicicleta na rua (item 2.). No “Estatísticas APAV: Relatório Anual 2022” a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV, 2023) refere ter recebido, só no ano de 2022, 19 queixas de violência em transportes públicos e 1342 em locais públicos, factos que significam que estes meios e locais poderão configurar espaços inseguros, gerando o medo da população em geral. Da mesma forma, é alta a percentagem de jovens que assume ter medo que outros/as jovens lhes possam fazer mal em contexto escolar (item 3.).

É preocupante, também, que muito menos de metade dos/as jovens afirme nunca haver lutas na escola entre crianças ou jovens (item 4.). O estudo de Rosário et al. (2017) já tinha apontado para números elevados de bullying físico, sobretudo entre rapazes, em âmbito escolar. Segundo o Relatório Anual de Segurança Interna – Ano 2022 (Sistema de Segurança Interna, 2023), de Portugal, as forças de segurança registaram, em 2022, 6067 ocorrências em ambiente escolar (aumento de 35% face a 2021). De acordo com o “School Violence and Bullying: Global Status Report” da United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO, 2017), o bullying é a forma mais frequente de violência em contexto escolar. A este propósito, é muito grave que 99 jovens da amostra tenham tido pelo menos uma situação em que foram batidos por outros/as jovens fora da escola (item 8.) e que haja uma percentagem tão elevada de jovens que refira que já lhes foram oferecidas drogas dentro ou fora da escola (item 9.). O “School Violence and Bullying: Global Status Report” confirma a existência de escolas em que as drogas são mais frequentes, associando esse facto a contextos tendencialmente mais desfavorecidos (UNESCO, 2017). Há ainda jovens que não sabem a quem pedir ajuda quando estão em perigo (item 5.). Segundo Ferreira e Anes (2018), no período da adolescência, contar com o suporte de figuras de referência, sobretudo em situações mais complexas, constitui um verdadeiro fator de proteção, conduzindo a melhores níveis de bem-estar.

Tabela 1*Análise descritiva global das respostas aos itens*

Item	V. Omissos(%)	n(%)			M	DP
			Completamente verdade	Nem sempre	Não é verdade	
1.	75(8,45)	478(53,83)	273(30,74)	62(6,98)	2,5	0,6
2.	18(2,03)	566(63,74)	277(31,19)	27(3,04)	2,6	0,5
3.	36(4,05)	509(57,32)	225(25,34)	118(13,29)	2,4	0,7
4.	132(14,87)	105(11,82)	322(36,26)	329(37,05)	2,3	0,7
5.	32(3,60)	647(72,86)	178(20,05)	31(3,49)	2,7	0,5
6.	20(2,25)	680(76,58)	86(9,68)	102(11,49)	2,6	0,6
7.	6(0,68)	852(95,94)	27(3,04)	3(0,34)	2,9	0,2
8.	40(4,50)	99(11,15)	27(3,04)	722(81,31)	2,7	0,6
9.	26(2,93)	355(39,98)	39(4,39)	468(52,70)	1,8	0,9

Os aspetos mais positivos que se podem depreender desta análise descritiva estão relacionados com o acompanhamento parental relativamente ao uso da Internet por parte dos/as jovens (item 6.) e o conhecimento destes últimos sobre os riscos inerentes (item 7.). No estudo de Maidel e Vieira (2015), a maioria dos/as pais/mães preferia mobilizar estratégias de acompanhamento, diálogo e orientação do que utilizar estratégias mais restritivas face ao uso da Internet por parte dos/as filhos/as, reconhecendo benefícios claros para ambas as partes. Para Monteiro e Osório (2015), envolver as crianças e jovens, desde tenra idade, no aprofundamento crítico e na compreensão do mundo da Internet é o melhor meio de sensibilização e prevenção.

A Tabela 2 apresenta os resultados do U de Mann-Whitney utilizado para testar os valores dos vários itens (variáveis dependentes) em função do sexo. Encontraram-se diferenças significativas na segurança sentida ao usar autocarro ou outro transporte público (item 1.), apresentando o sexo masculino ($M=2,59$; $DP=0,64$; posto médio [PM]: 437,61) maior segurança do que o sexo feminino ($M=2,46$; $DP=0,63$; PM: 385,07). Verificaram-se diferenças significativas quanto à segurança sentida ao andar a caminhar ou de bicicleta na rua (item 2.), com o sexo masculino a sentir também maior segurança ($M=2,77$; $DP=0,44$; PM: 489,39) do que o sexo feminino

($M=2,52$; $DP=0,58$; $PM: 397,74$). Neste âmbito, parece importante considerar o que diz o relatório “Violência contra as mulheres: um inquérito à escala da União Europeia” (Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia, 2014), nomeadamente o facto de 53% das mulheres da União Europeia terem medo de ser agredidas, física ou sexualmente, em determinadas situações ou certos lugares, evitando estes últimos (o medo da criminalidade e as consequências desse medo na vida dos homens são tendencialmente menores), e de haver ainda maior receio de sofrer agressões físicas ou sexuais em locais públicos e mais medo de ser agredida por pessoa desconhecida por parte das mulheres mais novas do que das mais velhas.

Tabela 2

U de Mann-Whitney dos valores dos itens em função do sexo

Item	1	2	3	4	5	6	7	8	9
U	88077,50	70866,00	75902,00	65696,00	85726,00	79530,50	91443,00	77863,50	86966,50
<i>p</i>	<0.001	<0.001	<0.001	0,270	0,688	<0.001	0,547	<0.001	0,646

Foram notadas diferenças significativas no que diz respeito ao nunca terem medo de que, na escola, outras crianças ou jovens lhes possam fazer mal (item 3.), com o sexo masculino a apresentar novamente melhores valores ($M=2,56$; $DP=0,68$; $PM: 455,43$) do que o sexo feminino ($M=2,39$; $DP=0,75$; $PM: 405,17$). Nesta linha, no relatório HBSC de 2022, intitulado “A Saúde dos Adolescentes Portugueses em Contexto de Pandemia”, os/as autores/as concluem que os rapazes se sentem mais seguros na escola do que as raparigas (Gaspar et al., 2022). Na análise do item 6., referente à mãe ou pai conversarem com o/a jovem sobre o uso da Internet, verificaram-se diferenças significativas com o sexo feminino ($M=2,75$; $DP=0,57$; $PM: 451,35$) a apresentar melhores valores do que o sexo masculino ($M=2,54$; $DP=0,79$; $PM: 403,87$). O estudo de Barroso (2022) também apresenta resultados no mesmo sentido. Há ainda diferenças significativas quanto ao facto de os/as jovens terem tido uma situação em que foram batidos por outros/as jovens fora da escola (item 8.), com o sexo feminino a ter melhores valores ($M=2,79$; $DP=0,59$; $PM: 438,83$) do que o sexo masculino ($M=2,64$; $DP=0,73$; $PM: 400,24$), concordando com o estudo de Pinto (2023).

A Tabela 3 apresenta os resultados do U de Mann-Whitney utilizado para testar os valores dos vários itens (variáveis dependentes) em função do nível de escolaridade.

Tabela 3*U de Mann-Whitney dos valores dos itens em função do nível de escolaridade*

Item	1	2	3	4	5	6	7	8	9
U	80986,	88675,	86202,	48809,	84154,	88798,	93407,	80010,	80185,
	50	50	00	00	50	00	50	00	00
<i>p</i>	0,944	0,327	0,473	<0,001	0,650	0,312	0,350	0,002	0,002

Há diferenças estatisticamente significativas relativamente à percepção de que na escola há muitas lutas entre pares (item 4.), com os/as jovens do secundário a notar menos esse facto ($M=2,52$; $DP=0,61$; PM: 443,45) do que os/as jovens do 3º ciclo ($M=2,12$; $DP=0,71$; PM: 329,48). No mesmo sentido, vão as diferenças significativas relacionadas com alguma situação em que os/as jovens tenham sido batidos por outros/as jovens fora da escola (item 8.), com os/as do secundário com melhores valores ($M=2,83$; $DP=0,53$; PM: 443,91) do que os/as do 3º ciclo ($M=2,67$; $DP=0,72$; PM: 411,25). Há ainda diferenças significativas quanto ao nunca terem sido oferecidas drogas aos/às jovens dentro ou fora da escola (item 9.), com o secundário novamente com melhores valores ($M=1,99$; $DP=0,97$; PM: 459,52) do que o 3º ciclo ($M=1,78$; $DP=0,96$; PM: 411,60). De facto, Carvalhosa (2010) aponta para uma diminuição da violência na escola à medida que aumenta o nível de escolaridade.

Verificaram-se ainda correlações significativas positivas entre a idade e os itens 4. e 9. Assim, quanto maior a idade, maior a percepção de segurança no autocarro ou outros transportes públicos ($\rho =0,141$; $p<0,001$) e maior a percepção de que nunca foram oferecidas aos/às jovens drogas dentro ou fora da escola ($\rho =0,071$; $p=0,038$).

A este propósito, e ainda que não seja um facto linear, é expectável que, na fase da adolescência, e ao aumentar a proximidade da fase de jovem adulto, os/as jovens desenvolvam maior capacidade de abstração, sentido crítico e se sintam mais preparados e seguros socialmente (Anastácio & Nobre, 2015; Paixão et al., 2018). Se for o caso, estes são dados positivos. Verificou-se ainda correlação significativa negativa entre a idade e o item 6. Por isso, quanto maior a idade, menor a percepção de que a mãe ou o pai falam com os/as jovens sobre como utilizar a Internet ($\rho =-0,085$; $p=0,013$). Já no estudo de Barroso (2022) se verificou esta percepção de progressivo menor envolvimento dos/as pais/mães nas tarefas educativas à medida que a idade vai aumentando. Neste sentido, e ainda que se devam respeitar as fases desenvolvimentais características da adolescência, é impreterível que os/as

cuidadores/as continuem a desempenhar as suas funções educativas e de suporte, assumindo-se como claras figuras de referência (Monteiro & Osório, 2015).

4. CONCLUSÕES

Há muitos/as jovens que se sentem inseguros/as em transportes e locais públicos. Apesar de consideradas por muitos/as jovens como locais seguros, as escolas são para muitos/as outros/as lugares de violência, de exposição ao risco e de medo. As raparigas são quem sente maior insegurança nos vários contextos educativos e comunitários. Neste sentido, é indispensável incluir a perspetiva de género no desenho de políticas públicas e projetos e procurar efetivamente erradicar situações de violência e discriminação contra as mulheres a nível público e privado. Os/as jovens do 3º ciclo percecionam maiores índices de violência e de exposição à droga dentro e fora da escola do que os/as do secundário. Urge encontrar estratégias que aumentem a sensação de segurança e proteção desde idades mais precoces. Os resultados não são passíveis de generalização, mas são indicadores muito relevantes para os contextos analisados. Sugere-se a realização de estudos futuros, com abordagens qualitativas, para explorar os significados por detrás das diferenças encontradas.

Agradecimentos: CI&DEI (Centro de Estudos em Educação e Inovação), Portugal.

5. REFERÊNCIAS

- Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (2014). *Violência contra as mulheres: um inquérito à escala da União Europeia: Síntese dos resultados*. Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia. <https://doi.org/10.2811/61606>
- Anastácio, S., & Nobre, L. (2015). A relação entre a vinculação ao pai e à mãe e a empatia no início da adolescência. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, 6(1), 109-123. <https://doi.org/10.34628/0jdp-w141>
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. (2023). *Estatísticas APAV: Relatório Anual 2022*. APAV. https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas-APAV_Relatorio-anual-2022.pdf
- Barroso, S. (2022). *Parentalidade e Direitos da Criança: Um Estudo Centrado nas Crianças e Famílias do Distrito do Porto* [Dissertação de mestrado, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://hdl.handle.net/10216/145325>

Carvalhosa, S. (2010). *Prevenção da Violência e do Bullying em Contexto Escolar*. Climepsi Editores

Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens. (s.d.). *Programas e Projetos: Programas Co-Financiados: Adélia - Apoio à Parentalidade Positiva*. <https://www.cnpdpdj.gov.pt/adelia-apoio-a-parentalidade-positiva>

Convenção sobre os Direitos da Criança. (1989). https://www.unicef.pt/media/2766/unicef_convenc-a-o_dos_direitos_da_crianca.pdf

Ferreira, C. A., & Anes, E. M. (2018). Saúde escolar em jovens adolescentes: fatores de proteção. *Revista INFAD De Psicología. International Journal of Developmental and Educational Psychology*, 2(1), 83–90. <https://doi.org/10.17060/ijodaep.2018.n1.v2.1173>

Field, A. (2009). *Discovering statistics using SPSS* (3.^a Ed.). Sage Publications.

Gaspar, T., Guedes, F. B., Cerqueira, A., Gaspar de Matos, M., & Equipa Aventura Social (2022). *A Saúde dos Adolescentes Portugueses em Contexto de Pandemia – Dados Nacionais 2022 - Dados nacionais do estudo HBSC 2022*. Equipa Aventura Social. https://aventurasocial.com/wp-content/uploads/2022/12/HBSC_Relato%CC%81rioNacional_2022-1.pdf

Gersão, E., & Sacur, B. M. (2021). Promoção de Direitos e Proteção de Crianças e Jovens: Passado, Presente e Caminhos de Futuro. In R. Francisco & H. Rebelo (Coord.), *Atores e Dinâmicas no Sistema de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens* (pp. 62-82) Universidade Católica Editora.

Gonçalves, J. L. (2018). *Breve história do direito das crianças e dos jovens*. Edições Vieira da Silva

Maidel, S., & Vieira, M. L. (2015). Mediação parental do uso da internet pelas crianças. *Psicologia em Revista*, 21(2), 293-313. <https://doi.org/10.5752/P.1678-9523.2015V21N2P292>

Marôco, J. (2018). *Análise estatística. Com utilização do SPSS* (7^a Ed.). Edições Sílabo, Lda.

Monteiro, A. F., & Osório, A. J. (2015). Novas tecnologias, riscos e oportunidades na perspetiva das crianças. *Revista Portuguesa de Educação*, 28(1), 35-57. <https://doi.org/10.21814/rpe.7049>

Moreno, L., & Morcillo, A. (2019). *Estatística Descritiva*. Universidade Estadual de Campinas. <https://doi.org/10.13140/RG.2.2.15977.44649>

Paixão, R., Patias, N., & Dell’Aglío, D. (2018). Autoestima e Sintomas de Transtornos Mentais na Adolescência: Variáveis Associadas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 34(e34436). <https://doi.org/10.1590/0102.3772e34436>

Pinto, A. (2023). *Um olhar aos direitos das crianças e dos jovens no concelho de Ponte de Sor* [Dissertação de mestrado, Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Portalegre]. Repositório Comum. <http://hdl.handle.net/10400.26/44693>

Rosário, A. C., Candeias, A., & Melo, M. (2017). Violência entre pares na adolescência: Um estudo com estudantes no início e no final do 3.º ciclo do ensino básico. *PSICOLOGIA*, 31(2), 57–68. <https://doi.org/10.17575/rpsicol.v31i2.1153>

Sistema de Segurança Interna. (2023). *Relatório Anual de Segurança Interna 2022*. <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/comunicacao/documento?i=relatorio-anual-de-seguranca-interna-2022->

United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. (2017). *School Violence and Bullying: Global Status Report*. UNESCO. <https://doi.org/10.54675/POIV1573>